

Director: JOSÉ S. SANTOS ARRANHA  
Editor: CARLOS MARIA COELHO  
Propriedade da CONFEDERAÇÃO  
GERAL DO TRABALHO  
Aderente à Associação Internacional  
dos Trabalhadores  
Assinatura: Incluindo o suplemento  
dominical, Lisboa, mês 9550; Província, 3 me-  
ses 28550; África Portuguesa, 6 meses  
70500; Estrangeiro, 6 meses 110500.

# A BATALHA

Redacção, Administração e Tipografia  
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar  
LISBOA—PORTUGAL  
TELEFONE 539 TRINDADE  
Officinas de Impressão e Esteriotipia  
RUA DA ATALAIA, 114 e 116  
Este jornal não se publica às segundas-  
feiras—Não se devolvem os originais—Dos  
artigos publicados são responsáveis os seus  
autores.

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VIII—N.º 2234

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

SEXTA FEIRA, 14 DE MAIO DE 1925

## ZANGAM-SE AS COMADRES...

# OS BASTIDORES DO ORGÃO DAS FORÇAS VIVAS

**A velha história das acções do "Século" empenhadas no Banco do Continente e Ilhas. A confirmação das revelações que "A Batalha" fez há quatro meses.—A troca de favores entre o Banco de Portugal e o grupo Pereira da Rosa—Os serviços que o Banco de Portugal pagou por 20 contos ao chefe Xavier**

Diz o povo, e com razão: «Zangam-se as comadres descobrem-se as verdades». Devemos ter os ouvidos atentos quando os nossos inimigos disputam entre si. E' nessa ocasião que lhes descobrimos os podres.

No decurso dos artigos da *Batalha* sobre os meandros escuros, os bastidores, as intenções inconscientes que levaram o *Século* a levantar a campanha contra o Banco Angola e Metrópole, para melhor explicarmos a atitude dos dirigentes do órgão das «forças vivas» escrevemos o seguinte:

A Sociedade Nacional de Tipografia é uma sociedade anónima, cujo capital é constituído por 20.000 acções. Pereira da Rosa e Carlos de Oliveira para tomarem conta do *Século* compraram a Portugal e Colónias (Moagem) 15.000 acções que esta possuía.

Era seu intuito distribuí-las, trespassando-as, pelos elementos constitutivos da União dos Interesses Económicos. Mas como fizeram o negócio com pouco dinheiro, a aventura, não puderam pagar as acções por inteiro e tiveram de empenhá-las, à razão de 100 escudos cada uma, no Banco Português do Continente e Ilhas.

Desta maneira elas possuíam a maioria das acções. Mas, empenhadas, de nada lhes serviam, porque não podiam apresentá-las para obter maioria nas assembleias gerais da empresa do *Século*.

Contudo, a pesar de empenhadas, Rosa e Oliveira foram-nas vendendo. Um grupo que lá entre eles é denominado «Os Agrários», ao qual pertencem José Maria Alvares, Fernandes de Oliveira, António de Sousa Fernandes e outros, que vivem em guerra surda com Pereira da Rosa e Carlos de Oliveira, conhecendo as manhas destes reclamaram papel contra dinheiro e compraram cerca de 2.000 acções.

Os dois mandões do *Século* (que o são sem possuírem força para o ser) ficaram reduzidos a 13.000 acções que ainda lhes dariam a maioria nas assembleias gerais, se não estivessem empenhadas.

Mas os outros compradores a quem eles venderam as acções que não tinham na sua mão, são, em diversas proporções, gente do Banco Ultramarino, Banco de Portugal, Casa Burnay e Fonseca, Santos & Viana. Estas casas ainda estão à espera que Rosa e Carlos de Oliveira lhes entreguem as acções que lhes venderam e que eles não têm dinheiro para desempenhar.

Isto escreviamos nós em 6 de Janeiro do corrente ano.

### As intenções dos homens do "Século"

Relatando os factos transcritos mostrávamos nitidamente que Pereira da Rosa e Carlos de Oliveira estavam presos à casa Burnay, Banco Ultramarino e outros por compromissos que não saldaram, tentavam cair nas boas graças desses potentados atacando o Angola e Metrópole que tanto os incomodava. Quizeram esmagar o Angola e Metrópole para alcançar o perdão daqueles a quem enganavam.

Por outro lado, os homens do *Século* sentiam-se nas garras do Banco Continente e Ilhas. Como anular a acção deste adversário? Adulando o Banco de Portugal, comprometido na emissão secreta das notas, poupando-o, criando-lhe um ambiente de simpatia, tirando ao mesmo tempo a responsabilidade de todos os crimes para o Angola e Metrópole.

### A INVASÃO NEGRA

**Um orfanato em Faro que não passa de um recolhimento religioso onde às crianças são impostos os conceitos de Loyola**

(Do nosso enviado especial ao Algarve).

FARO, 12.—Ao invés do que exalçam os proceres do reacçãoismo lusitano, as doutrinas de Loyola não encontram ambiente muito propício no Algarve.

Durante muitos anos esta província foi fortemente batida pelas ideias libertárias, e o vírus religioso nunca conseguiu produzir uma obra digna de registro.

Todavia, com a guerra e com as suas funestas consequências o Algarve amorteceu um pouco as suas energias e a reacção clerical, mercê desse fenómeno, distendeu os seus tentáculos.

Depois, com a crise de trabalho e com a concomitante miséria dos que vivem do trabalho, probo a reacção saiu da sua atonia e veio de cidade em cidade exibindo o lábaro da caridade.

O povo, ingénio como criança, viu apenas no gesto uma manifestação benemérita. E a caridade foi-se exteriorizando de mistura com as prédicas religiosas.

Em Faro, por ocasião da pneumónica que assolou o país, foi instituído um orfanato que se destinava a recolher os filhos das vítimas da terrível epidemia.

Os seus organizadores deram-lhe o nome de Asilo de Santa Isabel. A população, conturbada pela «pneumónica», viu apenas no orfanato uma instituição de socorro aos órfãos. E aceitou-o como uma medida de grande alcance...

Os tempos foram decorrendo e a breve trecho a população citadina compreendeu que o Asilo de Santa Isabel não passava de um recolhimento religioso onde as crianças eram obrigadas a seguir o ensino religioso, onde às crianças lhes era imposto o rosário e o catecismo...

A aureola que cobria a frente da nova instituição, ao ser conhecido o fim dos seus organizadores, desapareceu.

A população começou a notar que o orfanato tinha uma função diferente—tinha uma função que não se harmoniza com os sentimentos liberais do povo algarvio.

Dai a gélida indiferença que votou ao Asilo de Santa Isabel, por esse motivo se debatia nas vascas da morte.

Como pôde, especialmente devido aos grandes esforços dos carolos de Faro, o Asilo manteve-se e manteve o internamento de algumas dezenas de educandas.

Mas donde provinham as receitas? As receitas provinham de algumas dadas de subscretores.

Provinham também de esmolas que as próprias educandas imploravam na via pública e nos estabelecimentos da cidade.

Há dias, numa das ruas citadinas deparou-se-nos esse espectáculo, a todos os títulos revoltante e injurioso.

Um grupo de internadas, na companhia de duas senhoras edosas, expressões maceradas, dentro de um estabelecimento suplicavam uma esmola.

As impetrantes, para demoverem a austeridade do dono do estabelecimento, fa-

ziam evocações ridículas, dum ridículo que nos provocou o riso.

Posto ao corrente do que constava o «orfanato» nasceu em mim um grande anseio —o de visitar o Asilo.

Mas como transpor o portão desse estabelecimento sem ir munido de uma apresentação que atestasse que éramos pessoas muito tementes a Deus?

E quem nos havia de proporcionar essa apresentação se o nosso ateísmo é proverbial?

Afinal tudo se arranhou sem apresentação: entrámos no asilo com a maior das facilidades, aproveitando-nos do oferecimento de um amigo que, manda a verdade que se diga, ignorava por completo as nossas intenções.

E o que nos foi dado conhecer naqueles inquietantes minutos da nossa passagem pelo recolhimento, chegaria para preencher-mos uma página do nosso jornal. Limita-mo-nos, porém, a tornar sintéticas as nossas impressões.

Por todas as dependências, sobre as camas, penduradas pelas paredes, as mais variadas imagens de santos dão uma nota real do que é o asilo.

As crianças quando nos avistaram esboçaram um movimento de repulsa. Procura-vam desviar os seus melancólicos rostos, não fossemos nós verificar nas suas expressões o estigma do suplício que lhes era infligido.

Só quando uma senhora que nos acompanhava, e que mais tarde soubemos ser uma das professoras, lhes ordenou o «à vontade» as suas fisionomias adquiriram uma certa alegria.

Em todo o asilo há uma nota predominante: a de que estamos em presença de uma cela conventual com todos os seus rigores monásticos.

Num sóbrio quadro, num português correcto, estão explicadas as várias disciplinas que as educandas são obrigadas a estudar.

A entrada do recolhimento fica a igreja onde diariamente as crianças vão rezar, logo que rompe a alvorada.

Como os paradoxos em Portugal atingem o inverosímil, no asilo a que nos estamos referindo fomos encontrar um que não pode ficar em julgamento. Expliquemo-lo.

Um dos indivíduos que mais desveladamente têm auxiliado o recolhimento é o sr. António Calhau, criatura que se não tem poupado a esforços. Devido à sua dedicação ao asilo ainda existe hoje, o que não sucederia se o concurso do sr. Calhau não se fizesse sentir.

Quer o leitor saber quem é este sr. Calhau? E' um espírito liberal que abomina a igreja, que nutre pelo ensino religioso a maior das aversões.

Tanto assim é que as fanáticas senhoras do asilo usam proferir, quasi como estribilho, a seguinte frase:

—O sr. Calhau é tão boa pessoa! Pena é que ele não vá à missa...

O pior é que os liberais se conformam

E até certo ponto Pereira da Rosa, Carlos de Oliveira e Amzalak foram felizes. Conseguiram que, judicialmente (tudo se consegue judicialmente neste país), as acções confiadas a um director do Continente e Ilhas passassem para o Banco de Portugal.

O despacho foi lavrado nesse sentido pelo juiz da 1.ª vara, dr. Sampaio Duarte, mas o depositário não o acatou porque se ausentara para o estrangeiro.

Então, os homens do *Século*, para forçar o referido director do Continente e Ilhas a entregar ao Banco de Portugal as acções empenhadas (que são 10.030 e não 13.000, como por lapso dissemos em Janeiro) publicam um *suelto* de chantage no *Século* de 11 do corrente, que vamos transcrever para os leitores verificarem a maneira espectacular, plena de insinuações, como foi redigido:

«Ao Banco Português do Continente e Ilhas, com sede na rua do Ouro, esquina da rua de São Nicolau, foi ontem feita uma citação, por meio de edital afixado na parede da referida sede, que causou sensação e deu motivo a que, durante o dia, bastantes pessoas estacionassem no passeio, a lê-lo ou a comentá-lo.

Trata-se do seguinte:

O meritíssimo juiz do Tribunal do Comércio, 1.ª vara, dr. sr. Sampaio Duarte, lavrou, há dias, um despacho intimando o sr. Raúl Cohen, um dos directores-delegados do estabelecimento de crédito acima referido, a entregar ao Banco de Portugal, para ali ficarem em depósito, 10.030 acções da Sociedade Nacional de Tipografia, propriedade dos nossos amigos Moisés Amzalak, João Pereira da Rosa e Carlos de Oliveira, e de que Cohen é fiel depositário. No dia fixado para a entrega, o director-delegado do Banco Continente e Ilhas não apareceu, porém, tendo o oficial de diligências declarado que não pudera fazer a citação, porque não o encontrara, constando-lhe que se ausentara para o estrangeiro.

De facto, assim tinha sucedido, pretendendo o advogado de Cohen, dr. sr. Armando Monteiro, também director do Banco, que compareceu em vez daquele, fazer acreditar que o seu constituinte já há três meses estava fora do país, não sendo, portanto, a sua ausência motivada pelo despacho do dr. sr. Sampaio Duarte.

Provou-se, contudo, que semelhante afirmação não correspondia à verdade, pois que o director-delegado do Continente e Ilhas só pedira o passaporte, no governo civil, no dia 21 do mês passado, já depois de lavrado o despacho, tendo embarcado no «rápido» de Madrid, no dia 24 do mesmo mês.

Em face de tão estranha atitude, o dr. sr. Sampaio Duarte tomou a deliberação, nos termos do artigo 189.º do Código do Processo Civil, de citar o sr. Cohen, por meio de edital afixado, que tanta sensação causou e em que muitos supuzeram encontrar a confirmação de boatos graves que já há tempo correm sobre o mesmo Banco, não sabemos com que fundamento.

### Confirma-se o que "A Batalha" disse há quatro meses

Mas no dia seguinte o Banco visado publicava, pagando, no *Diário de Notícias* e em alguns jornais da tarde uma resposta ao aludido *suelto* do qual recortamos—*gratuitamente*—alguns trechos porquanto eles são a confirmação plena do nosso artigo de 16 de Janeiro a que fizemos alusão.

Diz o comunicado do Continente e Ilhas:

## A unidade é uma quimera sempre irrealizável

Por toda a parte do mundo, os partidos socialistas e comunistas pretendem que se realize a unidade. E por toda a parte eles falham. Mesmo onde essa unidade se torne fácil, logo ela se rompe. E quando se não rompe, um observador atento constata de pressa que ela é artificial, não um facto. Nem sequer uma ditadura pode realizar a unidade. Considere-se o bolxevismo russo e o fascismo italiano para logo se constatar.

Qual a razão? Porque se não consegue a unidade em parte alguma e em época alguma? Simplesmente, porque a unidade não pode existir na Natureza. Sejam de que ordem forem os fenómenos e os seres, encontrar-se-á através de tudo a diversidade, a unidade, já mais a unidade.

A unidade é a qualidade do que é um só, sem partes; ou, então, o que forma um completo, na sua espécie; ou ainda o que forma um só carácter. São as visões do espírito que não têm na natureza e nos factos qual-quer realização, qualquer realidade. Supõe-se que o átomo seja unidade, e no entanto não se sabe o que isso seja. A unidade é uma ideia metafísica, um sonho, uma quimera irrealizável.

O que há na Natureza chama-se *unidade*. Tudo é *único*. Não há dois seres, duas coisas, dois objectos idênticos. O homem, por si só, pode reunir o conjunto dessas coisas ou seres únicos para formar uma associação, uma *união*. E esta união será tanto mais estreita quanto o objecto da união seja fixado de maneira precisa e mais ou menos claramente compreendido, e desde que os meios para atingir não sejam determinados pela união, mas colocados à sua disposição, à vontade dos membros da união. Queremos dizer que numa união de indivíduos perseguindo o mesmo ideal, os laços que ligem os indivíduos devem ser bastante flexíveis. Deverão deixar a cada um a sua liberdade de expressão, de fixação e uso dos meios idôneos a realizar o fim ideal comum.

A realização da unidade tem sido o sonho imorredouro seguido pelos homens e sempre iludido. E os seus reversos não lhe têm servido? Os socialistas e comunistas da nossa época recomencem o trabalho que tentou Sísifo, fizeram dos cristãos os seus antepassados.

Em todas as épocas, os dirigentes do cristianismo têm cavalgado a quimera da unidade. E entre os cristãos nada mais tem havido que excomunhões e scições, scismas e heresias. Em certos momentos, muitos desses dirigentes julgaram ter, enfim, realizado a unidade desejada. Iludem-se com as aparências.

Os João Huss e os Luteros, os Calvinos e os Zwinglios patentearam o erro. Nada mais têm feito, até hoje, do que alimentar a sua quimera. A igreja católica sonha a realização da unidade desde o primeiro dia da sua existência.

No nosso artigo de ontem, sobre o hospital de Faro, salu uma tremenda gralha que convem rectificar.

Dizia-se que são vulgaríssimos os casos no Algarve de «conjuntiva granular» quando devia dizer-se que são vulgaríssimos no Algarve os casos de *conjuntiva granulosa*.

Os João Huss e os Luteros, os Calvinos e os Zwinglios patentearam o erro. Nada mais têm feito, até hoje, do que alimentar a sua quimera. A igreja católica sonha a realização da unidade desde o primeiro dia da sua existência.

No nosso artigo de ontem, sobre o hospital de Faro, salu uma tremenda gralha que convem rectificar.

Dizia-se que são vulgaríssimos os casos no Algarve de «conjuntiva granular» quando devia dizer-se que são vulgaríssimos no Algarve os casos de *conjuntiva granulosa*.

1.º—Em 1924 os srs. Carlos de Oliveira, Pereira Rosa e Mosés Amzalak «pediram» ao Banco que garantisse o pagamento de certas quantias relativas à compra, por eles contratada, de 10.180 acções da Sociedade Nacional de Tipografia.

2.º—O Banco prestou a garantia pedida, exigindo, como condição e em penhor da mesma, a entrega de 10.030 das referidas acções.

3.º—Não tendo os devedores pago à entidade vendedora, nas datas dos respectivos vencimentos, as duas últimas prestações, o Banco, como fiador, imediatamente efectou, como lhe cumpria, os devidos pagamentos e debitou, pelas suas importâncias, as três pessoas indicadas.

4.º—Sucedeu, como consequência, que, ao mesmo tempo que o Banco era demandado para cancelar aquele débito, por sua vez, propunha ele em juízo, a competente acção para a venda judicial do citado penhor.

Ora esta venda judicial não convinha aos homens do *Século* que a evitaram com habilidade, como se vê pelo n.º 5 do comunicado que reproduzimos.

5.º—Em certa altura, a pedido dos devedores, foi um dos Directores do Banco—o sr. Raúl Rodrigues Cohen—nomeado depositário judicial das acções empenhadas; e, pouco tempo depois, foi pedida mais a mudança do depósito dessas acções para o Banco de Portugal.

Evitada a venda judicial, os homenzinhos do *Século* conseguem que elas sejam depositadas no Banco de Portugal, que é amigo, e ligado pelo negócio escuro das notas, consentirá decerto mais tarde em qualquer manobra favorável aos Pereira da Rosa.

Mas como a entrega das notas ainda não foi feita, Rosa, Amzalak e Oliveira precipitam-se no início de uma campanha de descrédito contra o Continente e Ilhas, cuja primeira pedra foi o seu *suelto* de 11 do corrente que acima transcrevemos.

Mas antes de fecharmos esta explicação vamos contar aos leitores um pormenor interessante.

Dissemos que o *Século* para cair nas boas graças do Banco de Portugal o poupou na sua campanha, o adulou, etc. Há mais, porém. Levou a sua subserviência até ao ponto de preparar aquela célebre confissão de Alves Reis, obtida pelo xefe Xavier, que foi muito reclamada pelos jornais e que, afinal, não fôra confissão nem coisa que se parecesse, mas um *film* grosseiro para fazer acreditar ao povo que Alves Reis e Bandeira eram os únicos responsáveis da emissão secreta das notas de quinhentos escudos—que o Banco de Portugal encomendou.

Pois bem: Há dias um jornal afirmou que xefe Xavier tinha recebido 20 contos da batota. O acusado apressou-se a desmentir a acusação. Que não senhor, que não tinha recebido da batota. Os 20 contos que lhe foram para as mãos eram provenientes do Banco de Portugal, que com eles quizera gratificar altos serviços que lhe prestara.

E sabem os leitores que serviços eram esses?

As torturas infligidas a Alves Reis para obter a tal confissão falsa!

E sabem os leitores quem foi o intermediário entre o Banco de Portugal e o xefe Xavier para que este recebesse a maquia?

O Pereira da Rosa...

### ATRAVEZ DA ÁFRICA

## A situação política e financeira de Angola

**Boatos de revolução e propósitos de autonomia—As qualidades e os erros de Norton de Matos, e a administração estéril de Régio Chaves—Um «deficit» orçamental superior a 100 mil contos.**

**As graves responsabilidades dos governos da metrópole**

Ao desembarcar em Loanda, logo nos primeiros dias, eu ouvi boatos de revolução, como projectos ténicos de expulsão de altos funcionários da província, ataques ao Banco Ultramarino, tudo isto, dizia-se, apoiado por parte da guarnição militar. E o importante semanário *Notícias de Loanda* fez larga reportagem deste assunto palpitante.

Decorreram dias, e a projectada revolução—tal qual como aí na nossa Lisboa—não vinha para a rua. Entretanto, como os boatos continuavam, eu procurei saber por algum autorizado o que havia.

—Por enquanto—disseram-me—nada de importância. Apenas um grupo de pessoas da classe civil, parece que apoiadas por alguns, poucos, militares, que pensaram em dar um golpe político que ficaria mais como protesto do que como movimento de acção.

—Entretanto—continuou o nosso excelente informador—pode afirmar que em Angola é tal o descontentamento pela política metropolitana e provincial, é tal o desesperado desânimo pela incompetência, pelo abandono, pela incontinuidade da administração da Metrópole, e que vem reflectir-se na colónia, que há ambiente não só para uma, mas para dez revoluções. Simplesmente, tal revolução aqui não se realiza... porque, por mil motivos, se não pode realizar, e perderia, mesmo, todo o seu objectivo. Porém, se o abandono, a negligência, o abuso, a supina ignorância continuar a impor-nos administração relaxada e incompetente, pode ser que um dia...

Realmente, estas palavras dão a exacta situação política de Angola—onde uns se queixam da administração pública, outros do Banco Ultramarino, e todos do ministério das colónias.

O estado de excitação e desânimo é tal, que o primeiro protesto político apareceu, com certa retumbância, tendo-se organizado um partido colonial intitulado *Pró-Angola* que lançou grande manifesto dirigido aos portugueses—manifesto assinado por pessoas de destaque e qualidade, e na qual era defendido o princípio dum *absoluta autonomia administrativa e financeira*, com parlamento e governador eleito pela colónia, vedando ao Alto Comissário o intrometer-se na vida interna da província, reservando-lhe apenas os direitos de representação da soberania portuguesa.

Suponho que Angola, por muitas razões, não atingiu, ainda, a situação de poder, vantajosamente, disfrutar absoluta autonomia financeira; e, dentro do regime burguês, o sistema dos altos comissários tem suficiente autonomia administrativa... desde que seja interpretado por homens competentes.

A verdade, porém, é que Angola continua em crise política; a revolução não passou de boato, e o *Pró-Angola* nada deu de si, ficando, apenas, a sua lembrança como

um protesto platónico contra as águas do Terreiro do Paço.

As mais recentes dificuldades de Angola—note o leitor—começam, precisamente, a acentuar-se depois da criação do regime dos altos comissários, ainda na vigência do governo do general Norton de Matos. Em primeiro lugar derivam essas dificuldades do facto da criação de tal regime coincidir com a crise geral que se desenhou em todo o mundo, no fim da guerra, e que mais se agravou de então para cá, principalmente em países de balança económica desequilibrada, com obras de fomento apenas vagamente iniciadas. Evidentemente que a preparação das obras de fomento que Angola carecia e carece, aceleradas numa altura destas, implicava uma larga sementeira de ouro que não tínhamos, e que não poderíamos adquirir, rapidamente, sem graves desequilíbrios, devido à demora das compensações e a todas as contingências do agravamento cambial.

Depois, o general Norton de Matos, vítima do seu egoísmo, querendo submeter princípios inalteráveis de economia e regras de elementar técnica, aos seus caprichos pessoais, razoavelmente ignorante em matéria financeira, nem sempre cercado de bons técnicos e sem fôro sereno para aceitar uma tal colaboração mental, mais agravou a crise, congestionando Angola com os serviços que, rapidamente, lhe queria prestar.

Em vez dum critério lúcido, de soluções práticas que coubessem no espaço e no tempo, e fizessem à altura dos recursos—ordenou fabulosas despesas, sem dúvida para obras de grande necessidade, mas que não podiam ser realizadas vertiginosamente a não ser que vivéssemos sob um dilúvio de ouro. E Angola, que se arrastava, então, vagarosa mas pacatamente, foi projectada para fora dos eixos—assim como uma locomotiva monstruosa que, saindo dos rails, desatasse em fúria doida sobre planície pedregosa, ou como pequeno rio que, feito mar, entrasse a derrubar todos os diques.

Não se pode negar que Norton quizesse servir Angola. Examinando a sua legislação e a sua obra, reconhece-se, mesmo, que ele teve a paixão de Angola. Mas querendo realizar uma obra tão depressa, que nela se podesse rever a sua grande vaidade, não soube ter a visão dos recursos próprios, das proporções e possibilidades. E daí resultou a sua reforma administrativa, sem dúvida útil, mas que determinou um enorme agravamento de despesas pelo aumento do funcionalismo, e uma congestão de obras de fomento que estorçaram o orçamento e o crédito da Província.

Evidentemente que as receitas aumentaram, havendo hoje rendimentos valiosos, como o das alfândegas; o imposto indígena calculado em 30.000 contos; e o de bens



## A OBRA DE NORTON

## Alguns casos que definem a política de esbanjamentos e arbitrariedades que motivou o caos angolano

Um dos estabelecimentos públicos a que o Norton dispensou maior atenção foi a Imprensa Nacional.

A razão disso compreendida estava nos planos do feroz ditador. Ali tinha de ir parar tudo quanto ele escrevesse, com ou sem precaução, confidante temporária ou eternamente, no todo ou em parte.

Não lhe convinha um Guilherme Lima a dirigir a Imprensa. Este desditoso rapaz também não esperou pela exoneração — pediu-a antes da chegada do imperador, entregando a direcção do estabelecimento ao seu sucessor. Convinha-lhe que a Imprensa fosse entregue a indivíduo de sua absoluta confiança, que o compreendesse sem ele falar e satisfizesse todas as suas vontades, nem que para isso fosse necessário exigir ao pessoal o máximo sacrifício.

Mandou então que o seu amigo pessoal José Frederico Ferreira Martins deixasse o lugar de director da Imprensa Nacional da Índia para tomar conta da de Angola. E o sr. Ferreira Martins reunia todas as qualidades que ao general e tornavam preferido: era seu amigo íntimo e era um escritor público. Sobre a boa-vontade com que ele recebeu a ordem da sua elevação para o sr. Ferreira Martins a escada que ele pretendia subir na sua carreira burocrática.

Chegado a Loanda, o novo director da Imprensa principiou por organizar os serviços, elaborando um regulamento orgânico que foi publicado anexo ao decreto 175, de 1921. O lugar de director desapareceu para dar cabimento ao de administrador, um tanto mais pomposo e lucrativo, visto que os vencimentos foram sensivelmente elevados.

Só a deslocação acarretou à província o dispêndio de uns poucos de contos: nove passagens para Loanda, oito da Índia e uma de Lourenço Marques, à custa da bolsa de Angola, que além do transporte da família e criada também custeou o da mobília.

Não seria mais lucrativo para a colónia aproveitar a competência técnica e a suficiente burocrática que havia nos funcionários da Imprensa? E porque se criou na Imprensa Nacional de Loanda um lugar de administrador, quando a de Lisboa tem um director?

E que o organizador sentia-se desorganizado se a superior direcção dos serviços públicos não estivesse entregue aos seus íntimos. E quando algum deles no exercício das suas funções desse provas de pouca

próprios, calculado em 23.000 contos — talvez de todos o mais importante, por ser o já proveniente do fomento dos caminhos de ferro, portos, minas, etc., o que representa autêntica valorização deste solo.

Mas todas as receitas da província, 1924-1925, num total de Esc. 101.914.000\$00, não bastam, ante a cifra das despesas previstas, dum total de Esc. 162.500.000\$00, e na qual pesam, só como encargos anual de juros e amortização de empréstimos, nada menos de Esc. 16.298.000\$00. Resultado: um «deficit» oficialmente declarado, na importância de Esc. 60.585.000\$00, mas que deve elevar-se a cerca de 100.000 contos, visto que nas contas apuradas ainda não foram, à data que escrevo, incluídos todos os encargos externos da província, em Portugal e na Inglaterra.

Esta situação financeira resultou, naturalmente, uma perturbação económica na praça, visto que o governo, carecendo de solver encargos externos, absorveu grande disponibilidade de cambiais. E depois seguiu-se a trágica procissão da desvalorização da moeda, da falta de transferências, da especulação desenfreada, do cerceamento do crédito, da vida cara, toda uma série de graves incidentes que trazem a província em ebulição e que perturbam, embora passageiramente, a sua economia.

Para acudir a todos estes encargos provinciais, e às necessidades do movimento comercial, que em 1924 já teve um volume de 609.000 contos, existe uma circulação fiduciária apenas de 80.000 contos (50.000 do B. N. U., e 30.000 do governo da Província) tudo moeda desvalorizada e insuficiente.

Esta situação de pânico, e algumas vezes de angústia, é completada pela perfeita inação do Banco Nacional Ultramarino que, a pesar de ser aqui o Banco do Estado, ainda não tomou uma solução enérgica, persistindo em defender os seus interesses e em enfrentar as dificuldades da província com um funcionamento antiquado: nada à altura de tão anormal situação.

Foi esta a política de Norton de Matos; mas a par dos seus defeitos há que reconhecer-lhe notáveis faculdades de trabalho. Teve erros de vaidade, de visão, mas grandes recursos de actividade; e se continuasse no seu lugar, talvez que muitas dificuldades que surgem, ele as tivesse dominado com a persistência, com prestigio e com o seu trabalho. Congestionou, aturdiu Angola, mas projectou-a uma grande distância, com estrondoso formidável que se ouviu em toda a parte. Como Angola se não pode esfacelar, devido à sua reserva de riquezas naturais, quando passar a crise de tão tremendo choque, já longe do perigo, é possível que a crítica só bemdiga a obra do primeiro alto-comissário, perdando-lhe os erros.

Mas os adversários do general Norton de Matos também cometeram graves erros de visão, com prejuízos para Angola. Quem fez a campanha política que estes fizeram, tinha obrigação de apresentar um candidato que garantisse uma administração superior à realizada pelo homem que queriam derrubar.

Norton, ao menos, soube errar e procurou fazer uma obra. Mas o segundo alto-comissário, o sr. Régio Chaves, esse não fez absolutamente nada, realizando uma obra de estagnamento, encerrado oito meses no seu palácio, como um rei doente e escismático, duma profunda inutilidade que causou tédio e pânico a toda a gente.

Porque o governo da metrópole lhe não deu meios para administrar? Mas quem vem como alto-comissário para qualquer colónia, ou traz todos os recursos para governar ou não aceita tão alta responsabilidade.

Positivamente de estagnamento, de absoluta inação, foi o reinado Régio Chaves, que marcou um zero como valor colonial.

obediência ao régulo ou de o ter compreendido mal, era imediatamente substituído, nem que o substituto tivesse de ser deslocado dum para outro distrito, doutra para aquela colónia.

Foi o que sucedeu com muitos funcionários, uns ferozmente perseguidos, em proveito doutros, escandalosamente favorecidos, e em prejuízo dos cofres da província.

O arquitecto Ferreira da Costa era um funcionário do Estado, exercendo as suas funções na África Oriental. Apenas um telegrama — «Norton», e o arquitecto de Lourenço Marques appareceu a architectar em Loanda.

Não pagava telegrafemas; todas as despesas resultantes do cumprimento integral das suas ordens, da satisfação dos seus desejos, tinham sempre cabimento de verba na Fazenda — dependência da sua grande propriedade.

O sr. Nobrega do Quintal, sendo governador do distrito de Quanza Sul, foi, segundo constava, chamado a Loanda pelo comandante da barca Angola, passando alguns dias no palácio com «Sua Excelência o General», provavelmente para o compreender bem.

Vimos o sr. Nobrega na residência imperial, e tivemos, não o prazer e honra, mas a chate de o atender, porque um dever de officio no-lo impunha.

Dias depois da sua estada na corte, Norton de Matos obriga o sr. Nobrega a embarcar para Portugal, entregando a subgerência da secção Quanza-Sul a quem achou conveniente.

N., a quem não convinha embarcar tão depressa, disse a N. que o barco fundeado no porto, prestes a partir, não tinha lugar, tendo, por consequência, de adiar a partida.

N., encolerizado, levanta-se da cadeira, abeira-se do telefone e manda ligar a agência de navegação.

... embarque! Já tem passagem! — disse o despota.

Norton impunha e Nobrega tinha de obedecer.

Eram mais uns contos que exigia o seu transporte na luxuosa primeira?

Norton não queria saber disso; quando a província não tivesse coisa que lhe merecesse proferir o quero, ele lhe passaria o atestado de indigência, abandonando-a em seguida.

E o palácio continuava em pé... e Norton digerira...

Correia de SOUSA

políticos da Metrópole! E têm razão! A mais perigosa e até a mais nociva ficção dos últimos tempos, em matéria colonial, tem sido essa tática e inconsciente concordância em que se tem vivido, na suposição de que existe superior administração local ou ministro das Colónias.

Perigosa, porque todos os actos de política e administração colonial giram ao redor duma direcção que, de facto, não existe. Nociva, porque, baseando-se numa ausência de qualidades, e na instabilidade constante, tal direcção é absolutamente negativa.

Nos últimos tempos, com as repetidas crises políticas, os ministros das colónias marcam a média de um ministro por mês! Compreendem os senhores isto? Um ministro por mês!... Cada mês mais um nome novo e algumas vezes inteiramente desconhecido!

Ora os senhores que não admitem que a direcção duma casa comercial ou empresa, a mais modesta e simples, mude constantemente de gerente; e que tudo fazem para evitar esse facto que, justamente, consideram prejudicial, como poderão encarar esse sistema, já normal, dnm gerente por mês, e às vezes menos, na mais alta instituição administrativa das colónias?

Suponham que tomavam o exemplo e assim procediam nas mais pequenas empresas e até na restrita administração da vida doméstica!...

Com um tal sistema de governar que, pela fúria com que ergue e derruba ministros, não pode deixar de recorrer ao recrutamento de nulidades; com tal instabilidade que não permite, mesmo aos abalazados, o tomarem contacto com os problemas mais insignificantes; com todas estas circunstâncias, agravadas com o problema da distância, imagine-se o que será a administração superior colonial!

Se a nomeação de governadores coloniais; se a resolução dos problemas mais importantes do Ultramar; se a constante análise de propostas e legislação; se todo esse movimento atualizador que é mister na vida moderna, depende, principalmente da orientação do ministério das colónias, como pode este organismo ter função regular, se a todos os momentos é quebrada e interrompida a sua continuidade pela brusca aparição de novos e efêmeros ministros?

Há a direcção geral do ministério — podem responder-nos. Mas esta quasi sempre é mais burocrática do que técnica; nada resolve e tudo empata pelo horror à responsabilidade, eternamente à espera do novo critério ou da falta de critério do ministro que está sempre a chegar...

Há a autonomia das colónias — podem, ainda, replicar. Mas os governadores coloniais quasi não disfrutam autonomia; e qualquer pequena proposta leva muitos meses, ora no caminho da metrópole, ora perdida na papelada burocrática, sem que os ministros que, tumultuariamente, saem e entram, tenham tempo para a examinar sequer de relance. A própria autonomia dos Altos Comissários, pelo menos em altas questões financeiras, não dispensa sanção metropolitana.

Deste modo prova-se que o ministro das colónias é, com tal sistema, uma ficção; com todas as consequências negativas para a administração colonial.

Eis o primeiro problema — a grande questão prévia que as colónias devem colocar, como base de todas as outras graves questões que afectam a sua economia.

Pois se os senhores dependem, em muitos casos, duma administração que supõem superior, e esta não existe, como querem, normalmente, solucionar os problemas que tanto importam à sua vida?

Angola 1926.

Juliano QUINTINHA

Assinem Os mistérios do Povo

## Teatro Nacional

Telefone N. 3049

HOJE

a representação da interessante peça

## Papillon, bom rapaz

Nos principais papéis:

Maria Pia, Otelo de Carvalho, Albertina de Oliveira, António Pinheiro, Alice Ogando, Ribeiro Lopes, Isilda de Vasconcelos e Emilia Fernandes.

## Preços

(Incluindo todos os impostos)

Frizas	40\$00
Camarotes	40\$00
30\$00 e 20\$00	
Fautuils	10\$00
Superiores	6\$50
Geral	4\$00
Varandas	3\$00

## Teatro da Trindade

HOJE repete-se a peça

que está obtendo

grande êxito

Preços populares

## O HOMEM DAS 5 HORAS

## A ORQUESTRA

Sul-Americana

accedendo ao convite feito

por ERICO BRAGA

executar esta noite

variadíssimas

Canções brasileiras,

Shimmies,

Fox-Trots

e Tangos

## Teatro Joaquim de Almeida

(Ao RATO) — Telefone N. 2703

HOJE em 2 sessões

A revista em 2 actos e 9 quadros,

original de Uns &amp; Outros,

música dos maestros

Hugo Vidal e Raúl Portela

## Fox-Trot

NOS PRIMACIAS PAPEIS:

Adelina Fernandes, Alvaro Pereira, Mari Laura, Alvaro de Almeida, Tereza Gomes e J. de Oliveira.

Teatro APOLO

Emp. Ruas — Telef. N. 4929

— HOJE —

A 1ª REPRESENTAÇÃO

do sensacional drama

## A GALDÉRIA

Os principais papéis por RAFAEL

MARQUES E PALMIRA TORRES

Teatro AVENIDA

Telef. N. 4356

COMPANHIA SATANELA — AMARANTE

Todas as noites o célebre

## Pão de Ló

com o FADO DO SOLDADO

Teatro DO GIMNÁSIO

Telef. C. 2314

HOJE HOJE

Festa artística

— DE —

## PALMIRA BASTOS

O prólogo em verso, de Acácio de Paiva, «Esta literatura...» recitado pela 1.ª e única vez por

PALMIRA BASTOS e a 1.ª representação da peça em 3 actos, de Bisson,

## O ROSÁRIO

Tradução de ACACIO DE PAIVA

TIVOLI

Telef. N. 5474

A'S 9 horas

## Mais veloz que a morte

Super-produção em oito partes

com HARRY PIEL

## FAZE BEM...

Cine-comédia em cinco partes com

DOUGLAS MACLEAN

Uma ciné farga

Uma revista cinematográfica

## Prisão de um conjurado

BERLIM, 13. — O coronel Von Luck foi

detido pela polícia política, acusado de

cheffiar a organização secreta «Olympia»,

sendo aprendizados importantes documentos

relativos a conspiração que estava preparando

um golpe de Estado para a subida

ao poder dum directório extra-parlamentar.

L.

## Coliseu dos Recreios

A's 9 e meia

Torneio Internacional de Luta

Combates de hoje:

ZBYSHKO contra WEINURA

mandchuriano

DEGLANE contra SPEWAZECK

francês

M. GONÇALVES contra YAGO

português

estónio

Completem o programa magnífico

números artísticos

TEATRO

## MARIA VITÓRIA

Telef. N. 3644

2 SESSÕES — A's 8 1/2 e 10 1/2

## Um novo e imponentíssimo triunfo!

2 QUADROS NOVOS 2

na popular e festejada revista

## FOOT-BALL

Ampliada com a «charge» de inteira

oportunidade caricatural

## O Almoço das Sennas

por Carlos Leal, Alfredo Ruas,

Santos Carvalho, Hortense Luz

e Carminda Pereira

Ruidoso êxito de gargalhada!

A LAVADEIRA O CARMINDA!

AH! AH!

Novo e interessante número das

## GIRLS

Grande sucesso de Hortense Luz

no quadro novo

## A VOLTA AO LAR

Constituído com Alfredo Ruas

um impressionante triunfo da

gentil, formosa e distinta actriz

Rip! — Todas as noites — Rip!

## REBUÇADOS PEITORAIS

## Dr. Centazzi

Os melhores para a tosse,

catarrhos e bronquites.

Livres de essências artificiais

Guidado com as imitações

Pedir em toda a parte

Nas casas que mereçam confiança para

evitar misturas de outros rebuçados,

com o papel imitando o nosso.

## A Semana da Criança

As festas no Sindicato da Construção Civil

As festas que a comissão escolar do

Sindicato Único da Construção Civil de

Lisboa promove em homenagem às crianças

que frequentam as suas aulas, devem revestir-se

de de importância ímportante, tendo a

aderido elementos de incontestável valor.

O programa vasto e atraente está sendo

distribuído e pela forma como está com

fecundação tem merecido os mais rasgados

elogios. Em virtude do entusiasmo que

têm despertado estas festas entre os

componentes da Construção Civil, a comissão

escolar resolveu limitar os bilhetes de

convite para que todos possam estar

completamente à vontade. A entrada é

completamente gratuita, bastando requisitar

bilhete de admissão à comissão escolar.

## Questões marítimas

GENEIRA, 13. — A comissão paritária

marítima da Repartição Internacional do

Trabalho reuniu-se ultimamente em Paris.

Trocarão-se impressões acerca dos ante-

projectos de convenção internacional relativa

aos contractos de trabalho dos marítimos.

Também se apreciarão os projectos referentes

à inspecção do trabalho, figurando

## TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

## Variedades no Teatro Salão Foz

O Salão Foz voltou ao regime de espectáculos de variedades e fê-lo com meticolosidade, apresentando poucos números mas escolhidos. O número melhor é indubitavelmente o do artista musical Selvaggio, artista muito perfeito, duma exactíssima afinação. A sinfonia «Poete et paysan» de Suppé, foi executada com um rigor que muitos grupos orquestrais invejariam. As irmãs Montenegro, em bailados espanhóis, mantêm-se muito certas e tomam atitudes delicadas próprias dos números interpretados.

A dansarina francesa Desroses, no repertório do seu país, é uma artista fina, sem grandes espalhafatos, mas com um simpático ritmo.

Os nossos conhecidos Guilherme Caupers e Maria Corte-Real, afastados do teatro de declamação, onde se haviam estreado, cantaram e dansaram canções francesas, portuguesas e inglesas, algumas de muito espirito.

Deve-se fazer referência, também, ao jazz-band que nos intervalos toca números variados; principalmente o violino e o trompete são dois executantes curiosos e com muita aptidão de técnica e som.

Nogueira de BRITO

Festas artísticas

Palmira Bastos tem hoje, no Ginásio, a sua recita de homenagem, que está despertando a mais viva curiosidade, que já se exterioriza pela enorme procura de lugares estando, há dias, esgotados, muitos, de várias categorias. Para a sua recita escolheu Palmira Bastos uma peça delicadíssima, sentimental e apaixonada: é «O Rosário» extraída por Bisson dum romance célebre, e divulgadíssimo, e vai representar-se, no tablado do Ginásio, em tradução de Acácio de Paiva, que fará também apreciar as suas qualidades de primoroso poeta no prólogo alusivo à peça e intitulado «Esta literatura...» que Palmira Bastos recitará pela primeira e única vez.

A distribuição completa de «O Rosário», cuja encenação pertence a Gil Ferreira, é a seguinte:

Joana Campbell, Palmira Bastos; «Duquesa de Melrum», Regina Montenegro; «Paulina Lister», Dina Ferreira; «Maria», Mercedes de Almeida; «Luis Dalmatin», Tarcísio Vieira; «Dr. Brand», Teodoro Santos; «Dr. Machensia», Gil Ferreira; «Duquesa de Melrum», Alegrim; «Billy», Barros Lopes.

Para a apresentação de «O Rosário» encomendou a empresa do Ginásio, cenários novos: foram pintados o 1.º acto, por José Morgulho, e os dos 2.º e 3.º por Leitão de Barros, que também dirigiu a montagem da peça, a cargo da Sociedade de Decorações Scénicas.

Foi adiada para a próxima segunda-feira a festa de homenagem à actriz cantora Alice Fancada, que amanhã à noite se devia efectuar no S. Luís, com a única representação da Princesa dos Dólares, na qual a festejada desempenha, pela primeira vez, o papel de «Alice Conder».

Reclames

Repete-se hoje no Nacional a sensacionalíssima comédia «Papillon, o bom rapaz», que tanto êxito obteve ontem, devido à magnífica interpretação dada por todos os seus intérpretes.

Pela 1.ª vez, nesta época, representase hoje no Apolo a popular e interessantíssima peça «A Galdéria», interpretando dois dos principais papéis Palmira Torres e Rafael Marques, estrelando-se na protagonista Orlina Brochado. «A Galdéria», é uma peça de empolgante entrecho e de pitorescos episódios, sendo assim intitulados os seus quadros: Audiência secreta, A rusga, A experiência de médico, Pai e filha, Juiz e condenado, O rapto e As duas irmãs. Para a recita de hoje os reduzidos preços dos bilhetes, no Apolo, são, também, sem locação.

Estreiam-se hoje no Chiado Terrasse, os filmes Ricardito entre chamas e Bandidos, aventuras em 5 partes pelo atleta Ricardo Talmadge, Tempestade doméstica, 6 partes pelos esposos Carter de Haven e uma comédia em 2 partes.

Nunca em Lisboa se exibiu um tão interessante programa como o que actualmente se está exibindo no Coliseu dos Recreios, antes da sessão do grande torneio internacional de luta que ali está a realizar-se. «Las Morenitas», as simpáticas duetistas hispano-lusas, o notável «Pintor sem mãos» e os admiráveis completistas «Os Latinos», todos ouvem sempre os mais entusiásticos aplausos pelo seu trabalho.

Hoje repete-se o programa.

Só o Trindade, a casa de espectáculos tão preferida do público, reúne actualmente condições, visto ter em scena «O Homem das 5 horas», a hilarante comédia que mantém a plateia em permanente gargalhada.









## O governo inglês não quer pronunciar-se sobre a legalidade da greve geral

Ao mesmo tempo que terminava a formidável greve geral que tanto angustiou o capitalismo britânico, discutia-se na Câmara dos Comuns se a greve teria sido ou não legal. As autoridades governamentais, porém, não quiseram pronunciar-se, o que nos parece sintomático da enorme força que o operariado desloca nos seus movimentos, a sua tendência revolucionária para a luta de classes e, ainda, uma ameaça terrível que se torna necessário precaver.

Contudo, o *attorney* geral declarou na *British Gazette* que a declaração de greve fora um desafio ao governo legal e à constituição do país. As negociações seriam reatadas desde que a ordem da greve geral fosse anulada.

Apesar de todo o seu poder, toda a organização burguesa discutia quase em pé de igualdade com a organização operária. Assim, os dirigentes das igrejas cristãs esforçaram-se numa missão conciliatória, tendo apresentado aos contendores a seguinte plataforma:

A ordem de greve geral seria anulada. O governo ofereceria-se para subsidiar a indústria carbonífera durante um período renovado.

Os avisos prévios afixados pelos patrões seriam também retirados.

O governo procurou logo impedir a difusão radiotelegráfica desta notícia e fez saber que tais propostas eram inaceitáveis.

E a greve geral terminou realmente sem condições. Mas o facto de o governo reatar as negociações mostra a sua disposição de não considerar ilegal a declaração de greve, o que, segundo as leis, impede o castigo de quantos hajam dela participado ou tomado iniciativa, desde que não tenham praticado qualquer acto violento ou agressivo.

## Um manifesto aos mineiros da região portuguesa

Editado pela Confederação Geral do Trabalho, foi distribuído à classe dos mineiros um manifesto vibrante, do qual transcrevemos os seguintes períodos:

«Longe de nós, na grande Inglaterra, travou-se há dias a mais formidável das lutas empreendidas pelos escravos do sub-solo contra os senhores. São 4 milhões de irmãos nossos, como nós explorados, como nós escarnecidos no seu constante labor, que ouzaram, num gesto que enobrecer o proletariado mundial, insurgir-se contra a garra avarosa do capitalismo que, para saciar-se de ouro, ousou impor uma redução nos já insuficientes salários e um acréscimo de horas de trabalho.

O momento que passa é solene, mineiros de Portugal!

Os vossos e nossos irmãos, mineiros ingleses, esses 4 milhões de gigantes, que na luta pela vida jogam a situação de outros tantos milhões de famílias que são sua prole, detêm nesta conjuntura o triunfo das reivindicações dos proletários de todo o mundo!

O capitalismo, esse monstro devorador de todas as energias, forjado das guerras e dos massacres, da miséria e da dor humana, sente oscilar o seu gnomonioso pedestal. Mais forte do que o ouro — produto do trabalho não pago — que ele avarosamente acumula nos cofres fortes e o braço do trabalhador. O pavor cedeu lugar ao riso soberano e escarninho com que a burguesia tem acolhido as manifestações proletárias.

São os mineiros ingleses que, com um simples cruzar de braços, impõem ao mundo uma nova directriz, exigindo dos exploradores mais respeito pelos explorados. Alentados pelo seu gesto, entusiasmados com a alvizia que eles puderam na sua luta, sentimos neste momento animados para bradarmos aos mineiros portugueses:

Escravos do sub-solo, homens que nas profundidades da terra e em luta constante com a morte busca a seiva que anima toda a vida industrial; seres que pelo aspecto viscoso que vos dá a profissão nobre que exerceis, pelo sangue negro que a violência do trabalho vos arranca dos peitos, tão afrontados sois por quem vos explora, erguei-vos, sois gente com direito à vida! (Organizai-vos, pois, dai-vos as mãos como irmãos que sois do mesmo sofrimento!)

A grande luta dos mineiros ingleses é produto duma organização forte. Isolados eles teriam de sujeitar-se a todas as extorsões que os ladravazes proprietários das minas, ajudados pelas forças governamentais, quizessem impor-lhes. Para defenderem-se, os mineiros agremiaram-se em associações, em federações, e estabeleceram estreitos elos de solidariedade com as restantes classes proletárias da Grã-Bretanha, no seio da sua central operária — as *Trade Unions*.

Sabamos todos seguir o exemplo dos mineiros ingleses!

«O capitalismo que vos explora não faz uso das fronteiras que nos impõe para nos dividir e vencer? Pois dêmo-nos também as mãos! Somos o trabalho, a fonte inesgotável da vida! Unamo-nos e vencemos!»

### A greve cessou subitamente

LONDRES, 13. — No final da reunião do comité executivo dos mineiros, esta tarde, o sr. Cook, secretário da Federação, declarou que o Congresso dos *Trade Unions* resolveu fazer cessar a greve geral sem consultar previamente a Federação dos Mineiros. Consequentemente, a confederação dos delegados dos mineiros decidiu sobre a atitude a seguir. — (H.)

### Como se procura resolver o conflito

LONDRES, 13. — O ponto mais importante do memorandum de sir Samuel consiste na proposta de adiamento para regularização dos salários.

O relatório da comissão oficial propõe a formação dum organismo nacional de salários, que deve constituir um elemento imparcial, e o memorandum sugere uma a repartição nacional de salários seja considerada como tal elemento, dando-se-lhe um presidente independente.

Entre outras propostas, o memorandum refere-se à assistência dos mineiros desempregados, ficando a cargo do governo a deslocação dos trabalhadores das minas encerradas ou anti-económicas e a concessão

## A OBRA DUM ALTO COMISSÁRIO

# Impera em Moçambique a mais torva tirania, com tôdas as garantias constitucionais suspensas

Azevedo Coutinho, segundo as notas officiosas publicadas nos jornais, foi mandado regressar à Metrópole; mas porque não temos notícia do seu embarque e conhecemos de mais as habilidades do chefe do governo e a passividade do ministro das Colónias, não deixa de ser ainda oportuno relatar o que continua a passar-se em Moçambique.

A imprensa officiosa do alto comensal Azevedo Coutinho, aquela que se tem alimentado do prémio das transferências arrecadado no «saco sem fundo» do Conselho de Câmbios, — noticiou que tudo havia terminado quanto ao movimento grevista de Lourenço Marques; o *Jornal do Comércio*, porém, na sua última edição, corrige as afirmações da corneta governamental numa cautelosa e curta local assim concebida:

«Segundo os informes que conseguimos colher, a situação permanece quasi que inalterável não obstante a afirmação feita por um jornal local de que tudo terminou quanto ao movimento grevista iniciado em 11 de Novembro. O jornal que o diz, lá o sabe, e não seremos nós quem ousaríamos contraditá-lo. Tanto as buscas como a vigilância aturada a determinadas pessoas parece que têm continuado, tendo sido incomodadas famílias pacatas que cousa alguma tiveram ou têm com o greve. Dizem-nos que na Capitania está sendo instaurado um processo disciplinar motivado pelas correspondências que tem publicado o jornal operário de Lisboa, *A Batalha*. — Este jornal gosa, mercê da lei de imprensa em vigor na Metrópole, de outra liberdade que não aquela que nos é coartada pela lei que entre nós ainda impera. Estamos coactos, cousa alguma podemos dizer do muito que sabemos e do que a nossa inteligência nos sugere e dita, enquanto sobre as nossas cabeças continua pendente a espada afiada. Um dia virá, e cremos que não venha distante, em que tudo será esclarecido porque alguém se encarregou de fazer a história verdadeira e detalhada dos acontecimentos que desde 11 de Novembro a todos têm preocupado. A liberdade de pensamento e a sua livre manifestação a dentro dos limites que a lei estabelece ressurgirá um dia».

E' significativo. O *Jornal do Comércio*, embora amodado, tem mantido, através dos mais duros sacrifícios, a sua publicação, — causticando cautelosamente a torva e nefasta situação política e administrativa criada e alimentada pelo «Nero de Moçambique» e seus esbirros.

Os jornalistas de *O Direito*, com as cabeças a prêmio, tiveram de procurar na fuga a sua liberdade; os jornalistas de *O Emancipador* viram-se deportados uns, andam outros a monte... e assaltaram-lhes a casa, apoderaram-se do seu material tipográfico; outros homens que, em panfletos, teimavam na proclamação da verdade, tiveram de se internar no mato, acossados como feras; e até aqueles que, não se entregando às lides da imprensa, não se mostravam contudo dispostos a amoldar a língua e a traír amigos, continuam com a cabeça a prêmio, como sucede com um comerciante de Tenga.

Os despojos, não contentes ou não satisfeitos com as perseguições hediondas que veem cometendo, e entre as quais avulta a de novas deportações para o norte da província, — espumam cada vez que *A Batalha* ali chega retalhando-lhes os lombos com prosa verdadeira e flageladora; e para ver se alcançam uma desforra infame, de punhos

são dum subsídio aos que não possam ser transferidos, o qual se obterá por meio duma sobretaxa nos preços, destinada ao pagamento dos desempregados. — (L.)

### As condições da paz

LONDRES, 13. — Sir Samuel, interrogado pelos jornalistas, declarou que as negociações devem ser reatadas com um salário prévio, a não ser que se dêem suficientes garantias de que as medidas de reorganização propostas pela comissão de estudo serão efectivamente adoptadas.

Sugere-se que uma comissão consultiva ou a repartição de salários assegure os passos necessários para tal fim, para que o estudo da situação não seja indefinidamente adiado.

O memorandum sugere um acordo sobre salários em mais simples linhas que as anteriores, dependendo apenas da federação dos mineiros a sua aceitação.

Se ela se não der, as minas continuarão paradas, a não ser que o governo renove o subsídio para salários. — (L.)

### Porque terminou a greve?

LONDRES, 13. — Parece que o conselho geral do congresso dos *Trade Unions* resolveu terminar a greve geral em virtude dos trabalhistas se recusarem a consentir na declaração da greve dos operários manipuladores de pão e dos operários dos vários géneros de iluminação. — (L.)

### Os mineiros vão reunir-se

LONDRES, 13. — Pela Federação dos mineiros foi convocada para segunda-feira a conferência nacional dos delegados de todas as regiões. — (L.)

### Só agora volta a normalidade

LONDRES, 13. — Todo o país retomou hoje o seu aspecto normal de trabalho. No entanto, as medidas excepcionais não serão levantadas antes da terminação da greve geral. — (L.)

### Prisioneiros de guerra

LONDRES, 13. — Em consequência de desordens provocadas pelos mineiros em Doncaster, a polícia efectuou 80 prisões. — (L.)

### ARTIGOS ELECTRICOS

Novas tabelas com preços actualizados  
**CASA PALISSY GALVANY**  
Rua Serpa Pinto, 5

erguidos e de olhar tigrino fitando o espaço imenso que nos separa, abrem inquéritos. cozinham processos disciplinares.

Inquéritos para quê, sr. ministro das Colónias? Porque inquéritos ordenados por Azevedo Coutinho e organizados pelos seus sicários, não podem deixar de ser peças monstruosas, repletas de mentiras a desculpar inúmeras atrocidades praticadas pelos agentes do poder.

Desde a primeira hora vimos na verdade pedindo um inquérito à acção criminosa e hedionda de Azevedo Coutinho, mas para esse inquérito teria de ser nomeada uma comissão de homens honestos, alheios às facções políticas dominantes, idos de Lisboa.

Assim, sim. Inquéritos ao contrário, entregues a facciosos, a amorais, a sicários da situação, a indivíduos que em casa espancam as esposas e que na rua jogam à pancada com frageiros e com os próprios sogros, de nada valem, a ninguém de honra convencem.

\*\*\*

Continua a imperar em Moçambique a mais torva tirania. Todas as garantias constitucionais ali estão suspensas.

O «Nero» diz para o Ministério e manda dizer no seu órgão officioso que a greve iniciada em 11 de Novembro acabou, mas as prisões continuam, as deportações não param.

As masmorras continuam cheias. Nas ruas dão-se tragédias como a do espingardeamento do comissário de Polícia, capitão Sousa, o braço que executava as ordens dadas por este triunvirato feroz: — Azevedo Coutinho, Bartolomeu Severino, Figueiredo Lima; dia a dia se fazem transferências, por castigo, de funcionários a quem repugna o elogio a uma situação abominável, nefasta infame.

O terror é a única arma de que Azevedo lança mão. Impera ali em maior escala do que nos tempos da Inquisição.

Lourenço Marques é uma fornalha em que se estão queimando as mais belas energias dumha legião de trabalhadores.

Por isso importa saber:

Azevedo Coutinho embarca ou não embarca?

Porque só no dia do seu bota-fora, com algum que não tivesse pertencido à sua camarilha investido no supremo mando da colónia, Moçambique poderá respirar, revertendo ao góso das liberdades e garantias asseguradas pela Constituição.

Que o governo não esqueça! — Há em Lourenço Marques mais de 600 famílias sem pão, muitas centenas de homens sem trabalho, inúmeros trabalhadores apodrecendo em masmorras, tudo obra do «Alto Comensal» que, passando à história com o nome repelente de «Nero de Moçambique», obra acrecida duma situação administrativa desoladora, duma situação financeira pavorosa.

E deste caos, deste inferno, desta tirania só a África Oriental portuguesa pode sair no dia em que dela sejam expulsos todos os sicários que formaram corte em volta de Azevedo Coutinho colaborando com ele — assumindo o governo da colónia um homem honesto e justo, de inteligência esclarecida e coração bem formado.

E esse homem, um amplo caminho se abre, cheio de beleza, de justiça e de sol! Garantir à heroica massa trabalhadora as regalias que lhe roubaram, abrir festivamente as portas de Lourenço Marques aos intrepídios deportados, restabelecer o livre exercício do trabalho e do pensamento...

## Horário de trabalho

### Descanso semanal no comércio e abolição das carroças de mão

O Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa, que em sessões realizadas em todos os bairros da cidade vem agitando estes assuntos, teve uma memoranda conferência com o governador civil a fim de se conseguir a fiscalização da lei do horário de trabalho. Depois de muito debata a maneira de se efectivar a fiscalização, ficou assente que fosse efectuada por delegados deste organismo, os quais usariam um cartão especial passado pelo sindicato.

Para tratar do descanso semanal e da abolição do uso das carroças de mão, avisou-se também este sindicato com o vereador da Câmara Municipal sr. Júlio Silva.

Sobre o primeiro assunto declarou aquele senhor que a Câmara Municipal, por seu parecer está estudando a forma de o tornar uniforme ao domingo em toda a cidade, o que espera que dentro em pouco seja um facto.

Quanto ao segundo ponto, ou seja a abolição do uso das carroças de mão, manifestou ainda o mesmo senhor a sua concordância com a referida pretensão, prometendo interessar-se de maneira a vermos coarada de êxito a nossa campanha.

Realiza-se hoje, pelas 21 horas, neste sindicato a 7.ª sessão de propaganda associativa e de protesto contra o desrespeito do horário de trabalho, descanso semanal e contra o uso das carroças de mão no Largo do Marquês do Lavradio, 6, 1.ª (à Sé).

## PRÓ INFANCIA

Promovida pelo grupo excursionista União de Vilar Seco realiza-se, no dia 22 do corrente, no Grémio Beirão, pelas 21 horas, uma festa a favor das crianças e pobres mais necessitados da freguesia de Vilar Seco, concelho de Nelas.

A festa constará de um escolhido programa desempenhado pelo grupo dramático do Grémio Beirão, sob a direcção do ensaíador Frederico Chaves.

Terminada a festa seguir-se-á o baile, sob a direcção do amador de dança, sr. Manuel Costa.

Abre-lha esta festa e baile a pianista e apreciada artista, sr.ª D. Lucília Ribeiro.

Lêde o Suplemento de «A Batalha»

## Informações sociais

(Da Repartição Internacional do Trabalho, da Sociedade das Nações)

### Inspecção dos emigrantes a bordo

O problema da emigração é um problema complexo. Organizações operárias que em congresso internacional se reúnem, no próximo dia 18, em Londres, vão tratar da questão, e a Repartição Internacional do Trabalho vai tentar resolvê-la pela internacionalização de medidas práticas.

Assim, interpretando as decisões do conselho administrativo, submeteu aos governos, membros da organização, um questionário com os seguintes pontos:

1.º Estimam os governos que a conferência adopte um projecto de convenção e que, no caso afirmativo, este projecto seja unicamente aplicável aos navios de emigrantes?

2.º Quais são as medidas que os governos propõem em vista de simplificar a inspecção dos emigrantes a bordo?

3.º Quais seriam as funções, títulos e qualidades do inspector único que um tal projecto recomendaria, contendo igualmente uma cláusula estipulando que o inspector único não deverá diminuir em nada a autoridade do capitão do navio?

4.º Estimam os governos que uma cláusula deverá ser inserida no projecto pela qual, a bordo de qualquer navio de emigrantes transportando um certo número de emigrantes falando uma determinada língua, deverá achar-se pelo menos uma pessoa falando este idioma a qual poderá servir eventualmente de intérprete?

5.º Deverá este projecto conter uma cláusula especificando que, a bordo dum navio de emigrantes, transportando um determinado número de emigrantes adolescentes deverá achar-se uma pessoa idónea e capaz de distribuir a estes adolescentes a assistência moral e material que eles poderiam necessitar?

Até meados de Março tinham respondido 22 governos. Na maioria concordam com a possibilidade de simplificar a inspecção dos emigrantes a bordo, apenas divergindo se as decisões da IX Conferência Internacional do Trabalho, que vai tratar do assunto, devem ser convertidas em convenção ou em recomendação. Por tal motivo a Repartição supracitada elaborou dois textos — um de convenção, outro de recomendação — os quais foram enviados aos delegados e conselheiros técnicos que devem tomar parte na conferência.

Estes textos servem de base para os trabalhos dos técnicos. Segundo o texto de convenção os governos comprometem-se a organizar um serviço de inspecção e protecção aos emigrantes a bordo dos navios. Segundo o artigo 3.º:

«No caso que um inspector oficial seja delegado a bordo dum navio de emigrantes, este será nomeado, em geral, pelo governo da nacionalidade da embarcação. Entretanto, este inspector poderá ser nomeado, em virtude dum acordo especial, por um outro governo ou outros governos cujos nacionais são emigrantes a bordo do navio. Quando o governo da nacionalidade do navio, ou qualquer outro governo com o qual um acordo foi feito para a nomeação do inspector, não tiver realizado esta nomeação, o direito de nomear o inspector caberá sucessivamente aos governos dos países dos portos de embarque». O artigo 5.º diz que «o inspector fará com que sejam respeitadas os direitos concedidos aos emigrantes pela lei do país da nacionalidade do navio, os acordos internacionais e os contratos de transporte. O governo da nacionalidade do navio dará comunicação ao inspector, qualquer que seja a sua nacionalidade, do texto das leis, acordos e contratos em vigor interessando a condição dos emigrantes».

O projecto de recomendação propõe à conferência adoptar que, quando um contingente de pelo menos 50 emigrantes falando um idioma que não seja a língua oficial do país da nacionalidade do navio for transportado a bordo dum navio de emigrantes, este navio transporte uma ou mais pessoas que poderá ser o inspector oficial, seja um membro da tripulação, um passageiro) conhecendo a língua destes emigrantes, podendo servir eventualmente de intérprete;

que, quando pelo menos 15 mulheres ou adolescentes se acharem a bordo entre o número dos emigrantes, uma mulher devidamente qualificada (enfermeira diplomada, representante duma sociedade ou instituição de protecção aos emigrantes, etc.) seja adida a bordo para prestar aos emigrantes a assistência moral e material que eles poderiam requerer, sem porisso prejudicar, de forma alguma, a autoridade do capitão do navio.

Estes textos têm muita importância, pois sendo os emigrantes pessoas trabalhadoras, sem meios financeiros para viver, carecem de protecção a bordo. Protegendo-os a Organização Internacional do Trabalho cumpre o seu dever.

## AS GREVES

### NO ESTRANGEIRO

#### Ferrovieiros dos Pirineus

PAU, 13. — O pessoal da Companhia dos *trains* departamentais da linha Pau-Mauléon declararam-se em greve, ficando o serviço totalmente suspenso. — (H.)

### Na Universidade Popular Portuguesa

#### Sessão musical e cinematográfica

Realiza-se hoje, pelas 21 horas, na Universidade Popular Portuguesa, Rua Particular, à Rua Almeida e Sousa, uma sessão musical, em que um excelente terceto executará vários trechos. Em seguida há sessão cinematográfica educativa, dedicada aos sócios e suas famílias. O sr. dr. Câmara Reis abrirá a sessão com uma conferência sobre literatura.

### SOCIEDADES DE RECREIO

Lusitano Clube — Amanhã realiza-se nesta agremiação uma grandiosa recita seguida de baile com um programa interessantíssimo.

## Vida Sindical

### C. G. T. Conselho Confederal

Para continuação dos trabalhos reúne hoje, pelas 21 horas, o conselho confederal.

### Câmara Sindical do Trabalho DE LISBOA

#### Junta Sindical da Zona de Alfama

Reúniram-se os sindicatos nomeados na reunião magna constitutiva juntamente com a Comissão Organizadora, que deu posse aos elementos nomeados para a comissão executiva. Seguidamente reuniu-se a comissão executiva, resolvendo vários assuntos de carácter interno e deliberando comunicar à Organização Operária que a sua sede se encontra instalada na rua do Paraíso, 28, 1.º, para onde deve ser enviada toda a correspondência.

### COMUNICAÇÕES

Compositores Tipográficos. — Reuniu a direcção e tendo tomado conhecimento da montagem dumas oficinas gráficas num estabelecimento do Estado, resolveu notificar o caso à Federação dos Trabalhadores do Livro, do Jornal e Similares a fim de este organismo tomar as devidas providências no sentido de obter a que o pessoal para aquelas seja recrutado duma forma atrabiliária, como se pretende. Foi resolvido também convocar para a próxima quarta-feira, 19, os delegados do sindicato daquela federação não só para lhes transmitir este caso como também para os informar acerca dum assunto que se prende com a formação da Liga de Evora. Sobre a questão dos aprendizes do Suplemento de *A Batalha* deram explicações os colegas que ali trabalham, aos quais foi comunicada a opinião da direcção e dadas instruções, resolvendo-se também officiar no mesmo sentido à administração do referido jornal. Por último resolveu-se que na próxima reunião sejam em primeiro lugar tratados os vários assuntos que dizem respeito à oficina sindical, devendo comparecer todos os membros da direcção assim como do conselho fiscal.

Federação dos Trabalhadores do Livro, do Jornal e Similares. — Reuniu o secretariado que entre outros assuntos apreciou um manifesto que vai ser distribuído aos componentes da indústria, convidando-os a nomearem delegados por oficina a uma reunião onde será delibada a forma de dar exequibilidade às resoluções do último congresso corporativo, resolvendo também convocar o Conselho Federal a reunir na próxima segunda-feira, às 21 horas.

Sindicato Empregados no Comércio. — Reuniu-se a comissão administrativa deste Sindicato, que tratou de vários assuntos de carácter interno. Constatou o grande entusiasmo que existe na classe pela propaganda desenvolvida, tendo aprovado nesta reunião mais 72 novos sócios. Foi resolvido convocar a assembleia geral para o dia 27, a fim de sancionar os trabalhos da comissão de melhoramentos sobre a fiscalização do horário de trabalho, descanso semanal e outros assuntos de interesse para a classe.

### CONVOCAÇÕES

#### REUNEM-SE HOJE:

S. U. da Construção Civil. — Para se ocupar de assuntos de grande urgência, pelas 21 horas, todos os delegados do comité da sede.

Canteiros e Polidores de Mármore. — Pelas 21 horas, em assembleia geral para tratar de um assunto urgente.

Comissão Escolar. — Às 21 horas, com os delegados da secção de Palma e da Escola Central.

Secção dos Serventes. — Às 20 horas, a comissão administrativa.

Litógrafos e Anexos. — A comissão administrativa deste sindicato, pelas 19 horas, trazendo os delegados os respectivos verbetes das seguintes casas: Costa e Valério e Castro.

Pintores de Construção Naval. — Às 20 horas a direcção.

### JUVENTUDES SINDICALISTAS

Núcleo de Lisboa. — Secretariado Central. — Reúne-se extraordinariamente, hoje, às 21 horas.

### SINDICATOS DA PROVINCIA

Câmara Sindical do Trabalho do Porto. — Reuniu o Conselho Geral deste organismo com a representação de dezto sindicatos. Entre o expediente, constavam dois officios: um dos Serventários da Alfândega, solicitando a solidariedade moral da Câmara para o seu movimento — e outro da Associação dos Chauffeurs, comunicando que a não paralisação total, no dia 1.º de Maio, dos serviços da classe que representa, não foi devido à falta de esforços da sua Comissão Administrativa, a qual se sente desgostosa pelo sucedido.

Antes da ordem da noite, o Conselho occupou-se, com entusiasmo, do grandioso movimento do proletariado britânico, salientando-se a sua acção solidária contra a usura capitalista. Aproveitou uma moção nesse sentido, cujas conclusões são as seguintes:

1.º Saudar os trabalhadores ingleses pelo seu alto e nobre gesto;

2.º dar todo o seu apoio moral àqueles trabalhadores;

3.º Em face das circunstâncias, prestar aos grevistas toda a solidariedade, fazendo a respectiva comissão da Câmara Sindical interessar neste movimento o operariado local, e muito especialmente as classes dos ferroviários, *chauffeurs*, marítimos e mineiros, de acordo com a C. G. T. Federação Ferroviária e Federação da L. de Transportes Marítimos e Fluviais de Portugal.

Na ordem dos trabalhos, entrou em discussão o conflito ocorrido no comício do 1.º de Maio, promovido por esta Câmara, bem como o manifesto que os comunistas editaram, aliando, atrabiliariamente, a sua responsabilidade que tiveram na premeditada atitude que tomaram para a interrupção brusca do referido comício.

Depois do Conselho discutir animadamente a questão, repellido o especulativo e deturpante conteúdo do manifesto «comu-

## MARINHA GRANDE

# Ainda não foram atendidas as reclamações dos operários vidreiros

Não sabemos a que atribuir o facto de não ter sido feita a regularização que iria salvar a importante especialidade cristaleira de uma ruína completa. Nós sabemos a que atribuir tal esquecimento. Os vidreiros frizaram bem claramente, que se a sua reclamação não fosse atendida, as fábricas, dentro de um mês, encerrariam seus portões, paralisando a laboração.

O sr. Marques Quedes despachou imediatamente a representação dos vidreiros, vários membros da Comissão revisora de pautas visitaram a Marinha, prometeram tratar do assunto, com a urgência que era mister, e até à data, nada prova que a regularização esteja a fazer-se.

O que vimos foi regularizar-se as taxas de todas as indústrias, excepto a vidreira, justamente a que mais afflictivamente chamava a atenção do ministro das Finanças.

Não podemos prognosticar o que será o futuro do operariado vidreiro, porquanto, recentemente paralisaram duas fábricas, e outras lhes seguirão o exemplo, se este «emperramento» se eternizar.

Quando a regularização tendia a salvar da ruína uma interessante indústria os governantes e quejados, relegam a solução talvez porque há que tomar em atenção intrigas fomentadas por mal intencionados que se aproveitam de todas as cousas para lucrar, e ganharem prestígio e importância à sombra dos esforços dos outros.

Um político em evidência afirmou-nos que a regularização das pautas só seria feita, quando o operariado, numa transigência consentânea e lógica, reconhecesse o valor do partido democrático, e lhe confiasse essa missão.

Isto prova que a intriga safu da *casca* quando verificou que o operariado seguia os trâmites da independência, não confiou a funambulismo aquilo que lhes não dizia respeito. Estamos convencidos que só mais vontades originam a não regularização das pautas.

Não foi por simples prazer que dissemos que 8.000 vidreiros estavam em risco de suportar a pior, mais horrenda das crises de falta de trabalho.

E digam-nos se temos ou não razão de flagellar acremente os prováveis causadores deste atraso, quando verificamos que já se encontram mais algumas centenas de operários engrossando o activo dos desempregados.

A continuar este lamentável ostracismo, dentro em breve deixaramos de fumegar as chaminés de todas as fábricas de vidros, e consequentemente de vomitarem pasta candente os vários fornos de fundição, que empregam algumas centenas de vidreiros.

São formidáveis os «stoks» e, nestas condições, urge que sejam atendidas quanto antes as reclamações que os vidreiros apresentaram em Fevereiro p. p.

Esperamos que tanto o sr. ministro das finanças, como os membros da comissão revisora de pautas, nos ilucidem dos motivos que não só origin